

Inclusão Escolar de Alunos Surdos: Práticas Pedagógicas, Ambiente Linguístico Adequado e AEE¹

Inclusión Escolar de Estudiantes Sordos: Prácticas Pedagógicas, Ambiente Lingüístico Adecuado y AEE

School Inclusion of Deaf Students: Pedagogical Practices, Adequate Linguistic Environment and AEE

**FAGUNDES, Ana Lucila Ribeiro Dantas²
NUNES, Isabel Matos³**

Resumo

Este trabalho aborda sobre a inclusão escolar de alunos surdos, prevista na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), visando garantir que esses alunos participem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, superando o risco de segregação e estigmatização no ambiente escolar. Tem como objetivo promover a reflexão sobre a inclusão escolar e o desenvolvimento educacional de alunos surdos por meio de práticas pedagógicas que assegurem um ambiente linguístico adequado, com foco no ensino comum e no AEE. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, baseada em documentos legais que discutem a educação de alunos surdos. A Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski fundamenta a análise, ressaltando que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da mediação pela linguagem. Sem um ambiente linguístico adequado, alunos surdos enfrentam barreiras que comprometem seu aprendizado e sua integração social. Os resultados apontam que a inclusão efetiva exige não apenas a presença física dos alunos nas escolas, mas práticas pedagógicas bilíngues, suporte contínuo por meio do AEE, e capacitação permanente de professores e intérpretes de Libras. A criação de materiais acessíveis e recursos tecnológicos, aliados à promoção de interações significativas, são fundamentais para consolidar ambientes inclusivos. Portanto, este trabalho conclui que a educação dos alunos surdos deve ser equitativa e transformadora, garantindo igualdade de oportunidades e respeito à diversidade linguística, permitindo que esses alunos desenvolvam plenamente suas potencialidades, fortaleçam sua autonomia e se insiram plenamente na sociedade.

Palavras-Chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial; Libras; Política; Surdos.

Resumen

Este trabajo aborda la inclusión escolar de los estudiantes sordos, prevista en la Constitución Federal (1988) y la Ley de Directrices y Bases de la Educación (LDB), que debe garantizar que estos estudiantes participen activamente en el proceso de enseñanza-aprendizaje, superando el riesgo de segregación. . y

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

²Mestranda em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, São Mateus – ES, Brasil. E-mail: ana.lei@edu.ufes.br

³Doutora em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, Vitória – ES, Brasil. E-mail: isabel.nunes@ufes.br

estigmatización en el entorno escolar. Pretende promover la reflexión sobre la inclusión escolar y el desarrollo educativo del alumnado sordo a través de prácticas pedagógicas que aseguren un entorno lingüístico adecuado, con enfoque en la educación común y la AEE. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica, basada en documentos legales que abordan la educación de los estudiantes sordos. La Psicología Histórico-Cultural de Vygotsky subyace al análisis, destacando que el desarrollo humano ocurre a través de interacciones sociales y la mediación a través del lenguaje. Sin un entorno lingüístico adecuado, los estudiantes sordos enfrentan barreras que comprometen su aprendizaje e integración social. Los resultados indican que la inclusión efectiva requiere no solo la presencia física de los estudiantes en las escuelas, sino prácticas pedagógicas bilingües, apoyo continuo a través de AEE y capacitación permanente de docentes e intérpretes de Libras. La creación de materiales y recursos tecnológicos accesibles, combinada con la promoción de interacciones significativas, son fundamentales para consolidar entornos inclusivos. Por tanto, este trabajo concluye que la educación del alumnado sordo debe ser equitativa y transformadora, garantizando la igualdad de oportunidades y el respeto a la diversidad lingüística, permitiendo a estos estudiantes desarrollar plenamente su potencial, fortalecer su autonomía e integrarse plenamente en la sociedad.

Palabras-clave: Servicio Educativo Especializado; Educación Especial; Libras; Política; Sordo.

Abstract

This work addresses the school inclusion of deaf students, provided for in the Federal Constitution (1988) and the Education Guidelines and Bases Law (LDB), which must ensure that these students actively participate in the teaching-learning process, overcoming the risk of segregation and stigmatization in the school environment. It aims to promote reflection on school inclusion and the educational development of deaf students through pedagogical practices that ensure an adequate linguistic environment, with a focus on common education and AEE. The methodology used was bibliographical research, based on legal documents that discuss the education of deaf students. Vygotsky's Historical-Cultural Psychology underlies the analysis, highlighting that human development occurs through social interactions and mediation through language. Without an adequate linguistic environment, deaf students face barriers that compromise their learning and social integration. The results indicate that effective inclusion requires not only the physical presence of students in schools, but bilingual pedagogical practices, continuous support through AEE, and permanent training of Libras teachers and interpreters. The creation of accessible materials and technological resources, combined with the promotion of meaningful interactions, are fundamental to consolidating inclusive environments. Therefore, this work concludes that the education of deaf students must be equitable and transformative, guaranteeing equal opportunities and respect for linguistic diversity, allowing these students to fully develop their potential, strengthen their autonomy and fully integrate into society.

Keywords: Specialized Educational Service; Special Education; Pounds; Policy; Deaf.

1. Introdução

A Constituição Federal, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovendo o desenvolvimento integral da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho. Garante no artigo 208, Atendimento Educacional Especializado (AEE) para pessoas com deficiência,

preferencialmente na rede regular de ensino. Isso implica que a inclusão escolar deve ser uma prioridade, evitando a segregação dos alunos no contexto escolar.

Nesse sentido, a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece diretrizes específicas para a Educação Especial, assegurando o atendimento e a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Desta forma, este trabalho pretende em seu objetivo promover a reflexão sobre a inclusão escolar e o desenvolvimento educacional de alunos surdos por meio de práticas pedagógicas que assegurem um ambiente linguístico adequado, com foco no ensino comum e no AEE. Apresenta a problemática: como garantir que a inclusão dos alunos surdos ocorra de forma significativa, assegurando seu desenvolvimento educacional em um ambiente linguístico adequado, alinhado às diretrizes da política nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva?

Para que essa inclusão ocorra de forma efetiva, é fundamental a adoção de práticas pedagógicas que garantam um ambiente linguístico adequado, onde a Língua Brasileira de Sinais (libras) e outras estratégias bilíngues sejam integradas ao processo de ensino-aprendizagem. Sem essas condições, alunos surdos enfrentam dificuldades de aprendizagem, além do risco de estigmatização no ambiente escolar, comprometendo seu desempenho acadêmico e seu desenvolvimento pessoal e social.

Neste sentido, este trabalho se justifica pela necessidade de refletir sobre práticas pedagógicas inclusivas que promovam a aprendizagem significativa desses estudantes e assegurem a participação ativa no contexto escolar. A análise crítica das estratégias educacionais pode oferecer subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas aos princípios da educação inclusiva e à necessidade de garantir igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Além disso, a proposta reforça a importância da formação continuada dos professores, uma vez que a qualificação adequada é essencial para que os profissionais estejam preparados para atender às necessidades específicas dos alunos surdos. A oferta de intérpretes de Libras, recursos didáticos e a criação de ambientes inclusivos e acolhedores são fundamentais para a efetivação da inclusão escolar.

Portanto, esta reflexão busca contribuir para o fortalecimento da inclusão escolar de alunos surdos em escolas regulares, garantindo que o AEE funcione como um suporte

eficiente ao processo de ensino-aprendizagem. A proposta visa assegurar o respeito aos direitos dos alunos surdos, promovendo seu desenvolvimento integral, sua autonomia e sua inserção plena na sociedade. Dessa forma, o trabalho aspira contribuir no campo das políticas públicas para a efetivação da inclusão escolar dos alunos surdos.

Para tanto, são utilizadas como metodologia a pesquisa bibliográfica que se fundamenta em documentos que discutem a política da Educação Especial, especialmente no que se refere a alunos surdos. Como base teórica, apoiamos na Psicologia Histórico-Cultural de Vigostki.

2. Ambiente Linguístico Adequado e o Papel da Libras

A libras é reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil através da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005 e deve ser promovida na educação para garantir a inclusão escolar dos alunos surdos. A ausência de um ambiente onde a libras é praticada e valorizada pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico desses alunos.

Neste sentido o Decreto no contexto educacional dispõe sobre a formação docente, art. 3º “A libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação docente para o exercício do magistério, em nível médio e superior” (Brasil, 2005, p. 01), do uso e da difusão da libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, da formação do tradutor e intérprete de libras - língua portuguesa e da garantia do direito à educação das pessoas surdas.

Para dentro da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva “a inclusão de um aluno surdo deve priorizar um olhar de diferença e não deficiência, atendendo as especificidades linguísticas” (Fagundes e Nunes, 2023, p.03), desta maneira sua inclusão no sistema educacional requer práticas pedagógicas que assegurem sua participação ativa e significativa no processo de aprendizagem. Para isso, é essencial a criação de um ambiente linguístico adequado, onde a libras seja valorizada e plenamente utilizada, haja vista ser a comunicação e expressão desses alunos.

Para Vigotski (2001), a linguagem é essencialmente humana, sendo o que nos diferencia dos demais animais e o meio pelo qual nos constituímos enquanto sujeitos por

meio das interações sociais. A aprendizagem, segundo o autor, ocorre por meio dessas interações, nas quais a linguagem desempenha um papel central no desenvolvimento cognitivo. No caso dos alunos surdos, surgem barreiras significativas quando eles não conseguem participar plenamente das interações sociais devido à falta de comunicação acessível, o que pode prejudicar tanto o processo de aprendizagem quanto seu desenvolvimento social.

Neste contexto, a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008) reforça a ideia de que a inclusão é um direito inalienável, promovendo a educação como um espaço democrático e acessível a todos, no caso dos alunos surdos, essa política reforça a importância de criar ambientes bilíngues que integrem a libras ao cotidiano escolar, assegurando que a comunicação seja acessível e que os alunos possam participar plenamente das atividades pedagógicas em sua língua para que exista interações sociais.

Para isso, considerando o Decreto nº 5.626/2005 é essencial a presença de professores e intérpretes de libras capacitados, além de materiais didáticos bilíngues que auxiliem na aprendizagem. Para Vigotski (2022) “[...] o defeito por si só não decide o destino da personalidade, mas suas consequências sociais.” (Vigotski, 2022, p. 65). A falta de comunicação adequada prejudica o desenvolvimento e compromete significativamente o processo de aprendizagem cognitiva.

Outro aspecto a ser considerado na política da Educação Especial (2008) é a oferta do AEE que também desempenha um papel fundamental nesse processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo, sua oferta deve promover a alfabetização em libras como L1 e o português escrito como L2. A política inclusiva enfatiza que a educação dos alunos público da Educação Especial, deve favorecer a aprendizagem, assim visa romper com os paradigmas para que esta seja alcançada.

Importante destacar que para Vigotski (2001) a aprendizagem se dá por meio da linguagem. Ele contribuiu significativamente para a compreensão de que significar o mundo é um aspecto essencial do processo de constituição humana, e isso se dá por meio da linguagem. Segundo o autor, a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também uma ferramenta fundamental para a construção do pensamento e para a mediação das interações sociais. Através da linguagem, os indivíduos atribuem significado às experiências e constroem o conhecimento, participando ativamente de seu meio cultural

e social. Assim, para Vigotski (2001), o desenvolvimento humano é indissociável da linguagem, pois é por meio dela que aprendemos, pensamos e nos tornamos sujeitos sociais.

Neste sentido, o ser humano não nasce completo, mas se constitui ao longo de sua vida através das interações sociais e da apropriação dos significados culturais disponíveis em seu contexto. Nesse processo, a linguagem é fundamental, pois permite que os indivíduos atribuam significado ao mundo, organizem suas experiências e desenvolvam a capacidade de pensamento abstrato. A Psicologia Histórico-Cultural destaca que aprendizagem e desenvolvimento estão intimamente relacionados, ocorrendo por meio da mediação simbólica — em especial, a linguagem — que conecta o sujeito a seu ambiente social.

Portanto, para Vigotski (2001), a constituição do ser humano como sujeito social e cultural é indissociável da linguagem. É por meio dela que se dá a internalização dos saberes e a formação das funções psicológicas superiores, como a memória, o raciocínio e o pensamento crítico. Assim, o processo de aprender e significar o mundo não é individual, mas histórico e social, acontecendo em constante interação com o outro e com o ambiente cultural em que o indivíduo está inserido. Aprendemos, nos desenvolvemos numa relação mediada com o outro, porém isto não nos torna o outro.

Com base na Psicologia Histórico-Cultural, a linguagem é a principal mediadora das interações sociais e do desenvolvimento do pensamento. O acesso a libras como meio de comunicação permite que os alunos surdos desenvolvam o pensamento abstrato, ampliem suas habilidades cognitivas e criem vínculos sociais. Por outro lado, a ausência de um ambiente linguístico apropriado impõe barreiras à aprendizagem e à integração social, prejudicando seu desempenho acadêmico e dificultando a construção de sua identidade cultural. Quando a libras não é utilizada de forma consistente na escola, o aluno surdo pode enfrentar dificuldades para compreender o conteúdo e se expressar, comprometendo não apenas seu aprendizado, mas também seu bem-estar emocional.

Portanto, a criação de ambientes linguísticos apropriados é fundamental para que os alunos surdos aprendam libras como primeira língua, no mesmo ritmo em que as crianças ouvintes aprendem a língua oral. Essa abordagem bilíngue, combinada com o

AEE, garante que esses alunos tenham igualdade de oportunidades educacionais e participem de forma ativa e integrada no ambiente escolar.

Em oportuno, a política da Educação Especial precisa ser alinhada a formação continuada de professores e intérpretes para garantir práticas pedagógicas inclusivas. E ainda a criação de materiais acessíveis, o uso de recursos visuais e tecnológicos e a promoção de atividades que envolvam tanto alunos ouvintes quanto surdos são fundamentais para consolidar um ambiente escolar inclusivo e linguisticamente adequado.

As escolas precisam estar preparadas para acolher e respeitar a diversidade linguística de seus alunos, garantindo que a inclusão não se limite à presença física dos alunos surdos, mas que promova sua participação ativa e significativa no processo educacional, que estes façam parte efetivamente das interações sociais que permeiam o ambiente escolar.

3. Conclusões

Diante do exposto, é evidente que a inclusão de alunos surdos no contexto escolar requer mais do que o acesso físico à escola, exigindo práticas pedagógicas efetivas que promovam um ambiente linguístico adequado e assegurem sua participação ativa e integrada no processo educacional, para isto enfatiza o uso efetivo e a valorização da libras como primeira língua (L1). A abordagem bilíngue, combinada com o AEE, é indispensável para garantir que esses estudantes participem de forma ativa e significativa do processo de ensino-aprendizagem, acompanhando o ritmo de seus colegas ouvintes e desenvolvendo plenamente suas habilidades cognitivas, sociais e comunicativas.

Desta forma, a política da Educação Especial destaca que a inclusão escolar deve assegurar acessibilidade comunicacional e fornecer suporte pedagógico contínuo, por meio de recursos como intérpretes de Libras, materiais didáticos bilíngues e formação qualificada dos professores. A partir da perspectiva de Vigotski, na Psicologia Histórico-Cultural, entendemos que o desenvolvimento humano é mediado pela linguagem e pelas interações sociais, sendo essas dimensões fundamentais para a construção do conhecimento e da identidade. Assim, a ausência de um ambiente linguístico apropriado

para alunos surdos não apenas prejudica seu processo de aprendizagem, mas também compromete sua participação social e integração plena no contexto escolar.

Neste sentido, para que a inclusão dos alunos surdos não se limite à presença física nas escolas, é necessário um compromisso institucional atrelado a política da Educação Especial como garantia constitucional. Desta maneira, essa política precisa promover a capacitação contínua de professores e intérpretes, bem como a criação de práticas pedagógicas que respeitem e integrem a diversidade linguística. A construção de ambientes verdadeiramente inclusivos depende da promoção de interações sociais significativas e da oferta de recursos pedagógicos inovadores e acessíveis que fomentem o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos surdos.

Portanto, este trabalho destaca a necessidade de repensar práticas e políticas educacionais para garantir que a educação dos alunos surdos seja, de fato, uma experiência inclusiva, equitativa e transformadora. A combinação de estratégias bilíngues com o AEE e o uso de recursos pedagógicos adequados permitirá que esses estudantes desenvolvam suas potencialidades, fortaleçam sua autonomia e se insiram plenamente na sociedade. Assim, promover uma educação verdadeiramente inclusiva significa garantir igualdade de oportunidades, respeitar a diversidade linguística e oferecer aos alunos surdos as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Língua Brasileira de Sinais – Libras*. Presidência da República. 2002

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Presidência da República. 2005.

FAGUNDES, A.L.R. D.; NUNES, I. M. Os desafios no contexto escolar para o aluno com surdez. In: *ANAIS DO 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2023*, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/os-desafios-no-contexto-escolar-para-o-aluno-com-surdez?lang=pt-br>> Acesso em: 25 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Política nacional de educação especial na perspectiva educação inclusiva*. MEC/SEESP. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2023.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia*. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); (G. A. Beatón, Trad.). 2.ed. Edunioeste, 2022.